

Algodão em Nampula tem cara de gente



BLOCO I.J.I.A.: algodão de boa qualidade e elevado rendimento por hectare, como resultado de uma excelente organização e discussão dos problemas por parte dos trabalhadores

Texto e Fotos:
Marcelino Alves

- Pela primeira vez, 16 mil hectares de algodão no sector Estatal de Nampula, estão a ser colhidos.
- Mais de 14 mil hectares semeados à mão.
- Batalha vitoriosa contra a seca permite boas perspectivas para o cumprimento da meta de 16 mil toneladas de algodão.
- Para se colher todo o algodão em dez dias, seriam necessárias 100 mil pessoas se cada uma delas colhesse 16 quilos por dia.
- Novo sistema de colheita: «cápsula aberta, cápsula apanhada», permitiu o controle da situação.
- É necessário maior envolvimento de trabalho voluntário na colheita para evitar que 8 meses de trabalho duro, se percam irremediavelmente.

Escrever sobre a actividade dos homens no campo não é tarefa fácil, sobretudo para quem vive na cidade. A tendência é de não ver nas machambas o produto do trabalho humano. Olha-se para as plantações e... vêem-se apenas as plantas, como se fossem espontaneamente geradas pela natureza.

Foi por isso que perdi bastante tempo a pensar no título deste artigo que resulta de um trabalho de cinco dias realizado em oito das onze machambas que formam a Empresa do Algodão de Nampula, ocupando uma área de 16 mil hectares e devendo produzir, segundo o Plano, 16 mil toneladas de algodão (mais de metade do algodão do sector estatal).

Pensei pôr como título: «Algodão: o homem ou a técnica». Queria com isto retratar o melhor possível, o esforço de 12 mil camponeses durante os últimos 8 meses de trabalho no sector estatal do algodão em Nampula. Foi um trabalho que fez com que, pela primeira vez, se cumprissem as metas de todas as fases da cultura do algodão no sector estatal. Começaram com os 16 mil hectares na preparação da terra, lavraram, gradaram, adubaram, semearam, capinaram e fizeram tratamentos químicos. Cada uma destas fases foi uma batalha travada com um mínimo de recursos técnicos, mas todas elas foram vencidas e agora resta apenas a última e a mais difícil: a colheita.

Mas, apesar disso reflecti melhor no título. «O homem ou a técnica» é um título que serve mal o leitor. Dá a impressão de querer opor o homem à técnica, quando afinal a técnica é um importante instrumento que deve ser posto ao serviço do homem. Por isso rejeitei este título. Ainda busquei outros, mas «algodão em Nampula tem cara de gente» pareceu-me o melhor de todos para exprimir o sentimento do que vi e o resultado de dezenas de diálogos com trabalhadores de diferentes níveis de responsabilidade na actividade algodoeira.

O algodão este ano é, sem dúvida, a expressão do crescimento político e organizacional dos homens do campo. Nele está concentrado o suor, o esforço e a inteligência

de milhares de homens que labutam dia após dia, para que todos os moçambicanos possam ter mais roupa e divisas.

Por isso o algodão tem cara de gente. Gente que soube vencer inúmeras batalhas e que agora está ameaçada de perder a batalha da colheita. E, se a perder seria uma derrota amarga (para todos nós), porque até agora a meta não só está a ser cumprida, como ainda há esperanças em ultrapassá-la apesar das duras condições impostas pela seca.

A BATALHA CONTRA A SECA

A seca é uma faca que pode cortar dos dois lados. Por um lado, é verdade que impõe condições à produção e que pode estar na base do não cumprimento das metas do Plano. Por outro lado, pode servir para justificar a desorganização, a incompetência, o desleixo, a passividade, a rotina e a falta de sensibilidade para as necessidades reais do povo.

Queria dizer com isto que também se luta contra a seca e que a batalha pode ser ganha desde que os trabalhadores estejam organizados e compreendam a necessidade e a exigência de um esforço complementar.

Quando me falaram em Nampula que houve graves problemas no algodão por causa da seca, confesso que pensei imediatamente: «Pronto! Cá está a justificação pa-

ra a desgraça que me vão mostrar no campo».

Mas, felizmente o problema não foi esse. Não que a seca não afectasse realmente o algodão, mas o que é certo é que o algodão nasceu e desenvolveu-se nos 16 mil hectares planificados para o sector estatal de Nampula. É claro que não foi por obra e graça do espírito santo que isso aconteceu. É verdade que se semeou muito algodão que não nasceu. Também chegou a nascer e a morrer pouco depois por falta de água, em centenas de hectares. Mas o certo é que os trabalhadores do algodão não cruzaram os braços: tornaram a semear, não uma nem duas, mas três e quatro vezes!

Cândido Nabica, director da Unidade de Produção de Metochéria, situada a pouco mais de 100 quilómetros da cidade de Nampula mostrou-me com orgulho, um campo com cerca de 500 hectares, onde tiveram que semear quatro vezes. As plantas, embora acusando falta de água, estão razoavelmente desenvolvidas e delas se vai tirar uma boa quantidade de algodão. É certo que o preço de custo se elevou bastante porque cada vez que se semeia é preciso gradar novamente e isso paga-se em mão-de-obra, em semente, em combustível, em desgaste de material, etc. Mas, por outro lado, os cidadãos precisam de mais roupa... e então é preciso fazer contas e ver no fim quem ganha!

O que há de mais notável neste processo é que 14 mil dos 16 mil

Os efeitos da seca. Repare-se no raquitismo do algodão deste campo comparado com o das outras fotos.





Trabalhadores da UP, de Jagaia explicando como se efectuou a sementeira manual. O homem da frente cava pequenos buracos (covachos) e o de trás coloca as sementes. A corda que se vê serve para o alinhamento e medida dos compassos. Uma operação que foi necessário repetir milhões de vezes para completar 14 500 hectares

hectares foram semeados à mão. E não só os 14 mil hectares, mas também as sementeiras suplementares.

Podemos dar uma pequena ideia do que isso é: 14 mil hectares correspondem a um campo de 20 quilómetros de comprimento por 7 de largura. Isto significa que se o leitor o tivesse que percorrer a pé a toda a volta, levaria 12 horas a andar bem e sem descanso...

O SEGREDO: APOSTAR NO HOMEM

Em 1978, quando entrei, pela primeira vez, no mundo do algodão, trabalhavam-se no sector estatal de Nampula, 11 mil hectares de terra, sob a direcção do Gabinete de Apoio à Produção (GAPRONA), um gigante tornado necessário naquela época, mas que teve de ser abatido em 1979, por já não corresponder aos objectivos para que fora criado. Em seu lugar nasceu a Empresa do Algodão de Nampula, directamente subordinada à Secretaria de Estado do Algodão.

Nos últimos tempos da sua existência, a GAPRONA era incapaz de controlar e desenvolver o processo de trabalho, operando com base em ordens de serviço e outros processos burocráticos limitativos da iniciativa criadora no campo. Estes métodos reflectiam-se bastante nas zonas de produção. Lembro-me que quando entrevistava um responsável de machamba e lhe perguntava porque não estava a cumprir o plano, as respostas eram invariáveis: «os adubos não chegaram a tempo»; «não temos transporte suficiente». «as máquinas avariaram, ou não vieram»; «o dinheiro para os trabalhadores não veio» e, por aí fora. E se calhava perguntar o que tinham feito para resolver a situação, também invariavelmente diziam: «já enviámos uma mensagem para a província...» e encolhiam os ombros ou abriam os braços num gesto de impotência.

Hoje, os recursos materiais não variaram grandemente e sem dúvida, está-se a produzir muito mais e muito melhor.

Pelo que vi, o segredo está na

organização do trabalho, está na responsabilização dos trabalhadores a todos os níveis, está no seu envolvimento correcto no processo produtivo.

Hoje, os directores das machambas — alguns deles com a 4.ª classe apenas são autênticos responsáveis e não meros intermediários que cumprem ordens de serviço emanadas de gabinetes em Nampula. Têm metas a cumprir nas suas machambas (algumas com mais de 2 mil hectares); têm de orientar e organizar os trabalhadores, resolver os problemas do trabalho e responder pelas medidas tomadas. Muitas iniciativas são tomadas e muitas experiências novas estão a surgir.

Há uma que vale a pena contar: na Unidade de Produção Jagaia, situada a poucos quilómetros de Namialo, os camponeses realizaram o trabalho de tal forma que o responsável da unidade, Manuel Coelho — um cooperante português com pouco mais de trinta anos de idade, metade dos quais vividos em campos de algodão — obteve a alcunha de JJ, que quer dizer

Jardim Jagaia, por o campo se assemelhar a um jardim. Mas não só isso. Num dos blocos dos 800 hectares da machamba, os trabalhadores resolveram por si sós todos os problemas do trabalho e cumpriram todos os prazos previstos. Manuel Coelho disse-me que só lá ia verificar o trabalho mas que nenhum assunto importante mereceu a sua intervenção como director. Daí que esse bloco passasse a ser conhecido nos meios algodoeiros por I.J.I.A., que significa Instituto Jagaiano de Investigação Algodoeira, nome que obteve inspiração no I.N.I.A., Instituto Nacional de Investigação Agronómica.

Num dos blocos vizinhos do I.J.I.A., assisti a uma parte da colheita e tinha-se conseguido ex-

trair 12,5 toneladas de algodão em 5 hectares, o que corresponde a um rendimento brilhante de 2,5 toneladas por hectare e ainda tinha ficado algodão por apanhar. Se tivermos em conta que o rendimento previsto pelo Plano é de uma tonelada por hectare, temos ali ultrapassada a metade em 150 por cento!

Mas é claro que uma coisa é uma ponta de machamba ou um talhão e outra é a área total que tem nuns sítios mais e noutros menos algodão. Mas é possível que se consiga extrair nos 800 hectares de Jagaia 1 200 toneladas de algodão, se forem resolvidos os actuais problemas de mão-de-obra.

Note-se que falei nestas experiências dos camponeses e não na

actividade dos técnicos porque ela ainda é bastante reduzida. Senão vejamos: para apoiar a machamba de Jagaia e a sua vizinha Meserepane que em conjunto perfazem 2 400 hectares, existe apenas um técnico agrícola estagiário. Num país desenvolvido, para um campo cinco vezes menor, existe em norma, pelo menos um engenheiro agrónomo.

Não pretendo aqui defender que os engenheiros e os técnicos não são necessários, nem sequer subestimar ou desvalorizar o seu trabalho. Antes pelo contrário, o que pretendo afirmar é que sem eles as dificuldades são muito maiores, mas podem ser ultrapassadas.

Que eu saiba o único engenheiro agrónomo permanente da Empresa

Algodão:

“Um novo conceito do cumprimento da meta...”

O Director da Empresa do Algodão de Nampula, Alexandre Zandamela, concedeu recentemente uma longa entrevista à Rádio Moçambique, relatando o processo de trabalho, as dificuldades, os sucessos e as aspirações dos homens do algodão em Nampula.

Dessa entrevista reproduzimos aqui apenas uma parte referente à problemática da colheita e às perspectivas para o cumprimento do plano.



Alexandre Zandamela, director da Empresa do Algodão de Nampula

R.M. — Quando passámos pelos campos vimos mão-de-obra infantil. Vimos crianças no campo. Alguns consideram que se trata de exploração. Outros dizem que isso impede os estudos das crianças. Mas o facto de permitirem esse tipo de mão-de-obra nas vossas machambas leva a crer que já reflectiram no assunto. Qual é a vossa concepção?

A.Z. — O problema é o seguinte: a palavra exploração é que talvez não seja a palavra adequada. Eu sei que houve exploração de mão-de-obra infantil pelo menos no tempo colonial. Houve exploração em geral e infantil em particular. Já o homem crescido era explorado e a mão-de-obra infantil ainda era mais explorada porque ainda se lhe pagava menos, ainda que fizesse o mesmo trabalho que um adulto. O mesmo acontecia com a mulher, pagava-se diferente!

A nossa preocupação agora — e essa é a preocupação do Partido e do Estado — é que deve-se evitar *aliciar* as crianças. Ou seja deve-se criar condições para que elas frequentem as aulas. O que nós estamos a aplicar neste momento é: em princípio aceitamos crianças em

do Algodão de Nampula é o próprio director-geral, Alexandre Zandamela que no ano lectivo de 1974/1975 interrompeu voluntariamente o curso juntamente com os seus colegas do último ano de agronomia, para se integrar nas exigências imediatas da reconstrução nacional.

COLHEITA:

A ÚLTIMA

E A MAIS DIFÍCIL BATALHA

Quando há precisamente três anos visitei os campos de algodão, cometi um erro de palmatória. Lembro-me bem que a meio da tarde, numa das machambas, assistia à pesagem do algodão colhi-

do por cada trabalhador e tinha ficado espantado pelo facto de se colher tão pouco. A média situava-se entre os 20 e os 30 quilos, mas os trabalhadores permanentes da machamba ainda colhiam menos.

Eu, que já tinha colhido laranjas e papaias, perguntava a toda a gente porque colhiam tão pouco. A resposta era sempre a mesma: «O algodão não pesa nada!». De modo que resolvi colher o algodão para tirar dúvidas, e de manhã cedo, no dia seguinte fui para o campo.

Dei o nome no local apropriado

e em contrapartida entregaram-me um saco vazio e um cartão onde depois seria apontada a quantidade entregue. Indicaram-me também um enquadrador (1) que por sua vez me levou ao local da colheita situado a mais de três quilómetros dali. Aí por volta das 8 horas comecei a colher ao lado de uns vinte camponeses, tendo cada um de nós ficado com uma linha, partindo todos de uma das pontas da machamba.

Em princípio, não há dificuldade nenhuma em colher o algodão. Resume-se apenas em extraí-lo da

idade escolar no período das férias, devidamente enquadradas ou pela O.J.M. ou pelos próprios professores. E, neste caso, *mesmo durante o período das aulas* há crianças que vão apanhar algodão em nome da escola. Porquê? Porque depois disso vai permitir comprar cadernos e satisfazer o mínimo de preocupações colectivas da própria escola. (1)

Há outras crianças que não vão enquadradas. Vão sozinhas, mas ainda dentro deste contexto do período das férias. Mas também aqui há uma situação, e essa penso eu, é a que nos devia preocupar mais, embora não tenha resposta para isso e deixe à reflexão de todos nós.

É o seguinte: por razões históricas, alguns dos nossos pais não compreendem a importância do estudo. Alguns até dizem: «Olha eu que sou teu pai não estudei e sou o que sou hoje. Agora você quer estudar para quê? Não vai nada estudar! Você vai ajudar o teu pai!». Então a criança anda com o pai nas fainas diárias. Se o pai e a mãe vão colher o algodão a criança é obrigada a ir também com eles. Nós podemos tomar uma decisão e dizer: «a sua criança não apanha algodão e fica você só!» ou proibir que os pais acompanhados de filhos possam colher algodão. Podíamos fazer isso.

Outra situação é: nós sabemos que o ano passado nem todas as crianças puderam ser

«...crianças que aparecem pelas machambas sozinhas ou acompanhadas pelos pais, a pedir emprego e o director da Unidade de Produção sabe que não estão a estudar... que fazer delas?»



cápsula aberta (ver esquema). Mas, por volta do meio-dia eu ainda não tinha enchido meio-saco e — facto estranho — os camponeses mais práticos e experimentados também não tinham colhido muito mais que eu. (Mais tarde vim a saber que era por educação e civismo. Como me sabiam inexperiente nas lidas do algodão, os camponeses acertaram o passo pelo meu, pois se o apanhassem com a rapidez normal, quando chegassem ao fim da machamba eu certamente ainda iria a meio, isolado, sem companhia e o trabalho ser-me-ia penoso. O pior de tudo é que ainda por cima perderam dinheiro por causa do seu gesto, pois o algodão paga-se por quilo apanhado. Vá lá a gente

perceber imediatamente estas coisas! Por isso decidi: se for necessário volto a apanhar algodão mas... só integrado num grupo de «nabos»!).

Às 14 horas, o meu saco ainda não tinha chegado a 3/4, mas o calor apertava e já tinha ido, por duas vezes beber água a um tambor colocado a cerca de um quilómetro do local onde me encontrava. Além disso tinha fome e já me doíam as pernas e os braços e custava-me arrastar o tal saco que parecia pesar uma tonelada. Para não dar parte fraca ainda fiquei por mais uma hora a colher. Depois disso resolvi regressar ao local de pesagem e, com o saco à cabeça (o tal que parecia pesar toneladas)

lá fui palmilhando de volta os três quilómetros. Quando lá cheguei, por volta das 16 horas, tinha umas trinta pessoas à minha frente e, portanto, tal como os outros, fui para a bicha.

Às 17 horas o meu saco foi pesado e tinha 15 quilos!

Recebi por eles 22\$50 (pagava-se nessa altura 1\$50 por quilo na primeira apanha, 2\$00 na segunda e 2\$50 na terceira. Hoje o processo de apanha já não é o mesmo e paga-se 2,00 MT até 30 quilos e 4,00 MT sobre o excedente acima disso).

Disseram-me que tive sorte porque o enquadrador me destinou uma parte do campo onde as plan-

matriculadas nas escolas. Não por opção delas, mas pelas dificuldades que temos em ter professores eficientes no ensino para todos os que queiram estudar. Outros porque chumbaram, não tiveram um bom aproveitamento, etc.

Portanto, há um número considerável de crianças em idade escolar que por causa destas situações não estão a estudar. Agora a questão que se coloca é: o que é que será mais correcto? Empregar estas crianças para serem úteis ou dizer que não, porque são crianças? Se não estiverem a colher o algodão, o que estarão a fazer estas crianças? O mais natural será pensarmos que estão a ajudar os pais... e ajudar os pais numa família camponesa é trabalhar na machamba.

Portanto a questão aqui coloca-se nestes termos: há razões objectivas para que certas crianças não possam frequentar as escolas (ou porque os pais não deixam, ou porque não puderam matricular-se, ou porque a escola fica muito longe, ou não há escola, etc.) e aparecem pelas machambas sozinhas ou acompanhadas pelos pais, a pedir emprego. O problema está aqui!

Nós estamos a admitir essas crianças — se está correcto ou não, não sabemos — mas estamos a admiti-las... porque não admiti-las, parece-nos que é criar uma situação de vadiagem.

Mas esta situação é diferente daquelas outras crianças que vêm enquadradas. Portanto, quando nós falamos do problema das crianças queremos referir-nos a este grupo que por qualquer razão não está a estudar. Que fazer delas?

R.M. — *Há certos países que fazem da colheita uma festa e chegam mesmo a paralisar certos sectores como escolas, fábricas, serviços, etc., para concentrarem um grande número de pessoas na colheita.*

Vocês têm também esta perspectiva ou acham que a luta que estão a travar pelo aumento da produtividade na colheita é suficiente?

A.Z. — Olhe é desejável nunca paralisar qualquer outro sector. O ideal seria que todos os sectores pudessem resolver os seus problemas. Eu penso que nunca vamos chegar a uma situação de ter que paralisar fábricas, ou escolas como manifestação de um desejo nosso.

Se algum dia chegarmos a isso, será mesmo uma necessidade imperiosa e a decisão tomar-se-ia nesse momento. Mas a nós parece-nos que não é o caso e nem pensamos que a perspectiva seja essa. Isto não significa que não seja necessário um apoio exterior às Unidades de Produção. É! Mas esse apoio, como disse, não implica essas paralisações de uma forma tão generalizada como estava a dizer. Há medidas que estão a ser tomadas pelo Partido e pelas estruturas do Aparelho de Estado que é tentar empregar os desempregados. Neste momento nós já temos um primeiro grupo dos que até há uma semana eram desempregados. Então a Direcção Provincial do Trabalho cumpriu as suas tarefas. Convocou, mobilizou, organizou e agora já há pessoas que estavam desempregadas a trabalhar numa Unidade de Produção. O primeiro grupo está em Meserepane.

É por isso que eu já disse inicialmente que o problema geral da colheita não é um problema de falta de mão-de-obra. Ela, em tanto que for-

tas estavam bem desenvolvidas e tinham muito algodão, porque se não, para apanhar aquela quantidade, precisaria de esforçar-me muito mais.

Desta atribulada colheita experimental tirei algumas conclusões. Fui para o campo às 7 e só de lá voltei às 17 horas. Mas, os camponeses, na sua maioria são transportados das suas casas situadas a trinta ou quarenta quilómetros, a partir das 4 horas da manhã e só para lá regressam às 21 ou 22 horas. Isto sem almoçar, bem entendido. Um outro aspecto é que das minhas dez horas passadas no campo tinha perdido umas 2,5 horas a andar os 3 quilómetros (ida e volta) do local de pesagem ao local de colheita e 1 hora para beber água (2 idas e 2 voltas de 1 quiló-

metro). Portanto, na realidade passei apenas 5 horas a colher algodão, se descontarmos ainda as necessárias pausas para o cigarrito e para a conversa fiada.

É este desperdício de esforço da mão-de-obra que presentemente está a ser evitado, como resultado de um grande debate realizado em Nampula, numa reunião de trabalho que contou com a presença de todos os responsáveis das machambas, de técnicos, do director-geral da empresa e do próprio Secretário de Estado do Algodão. Discutiu-se o processo da colheita, fizeram-se contas num quadro para apurar as necessidades reais de mão-de-obra e tomaram-se decisões.

Em primeiro lugar vão aproximar os locais de pesagem dos lo-

cais de apanha e colocar a água próximo dos colhedores, criando condições para que esteja limpa e fresca. Em segundo lugar, cada trabalhador pode agora levar consigo dois ou três sacos se desejar apanhar mais algodão, porque já não pesa sobre ele a sobrecarga de os transportar e despejar no secador. Ao mesmo tempo, foram distribuídas mais balanças para multiplicar os postos de pesagem de modo a eliminarem-se as bichas no acto da entrega. Finalmente os membros do Partido, dos Conselhos de Produção e os enquadreadores das machambas são exortados a darem o exemplo, estabelecendo-se como meta para eles, a apanha de 60 quilos de algodão.

Paralelamente a isto, está a activar-se a campanha de Emulação

ça de trabalho, existe. Mas aonde é que está empregue? O que vamos descobrir é que muita dessa força de trabalho anda por aí sem nada de concreto para fazer. Então estamos a tentar dar tarefas a essa força de trabalho disponível que são os desempregados.

R.M. — Uma última pergunta: Quais as perspectivas que têm para esta campanha em função das metas que lhes foram atribuídas pelo Plano?

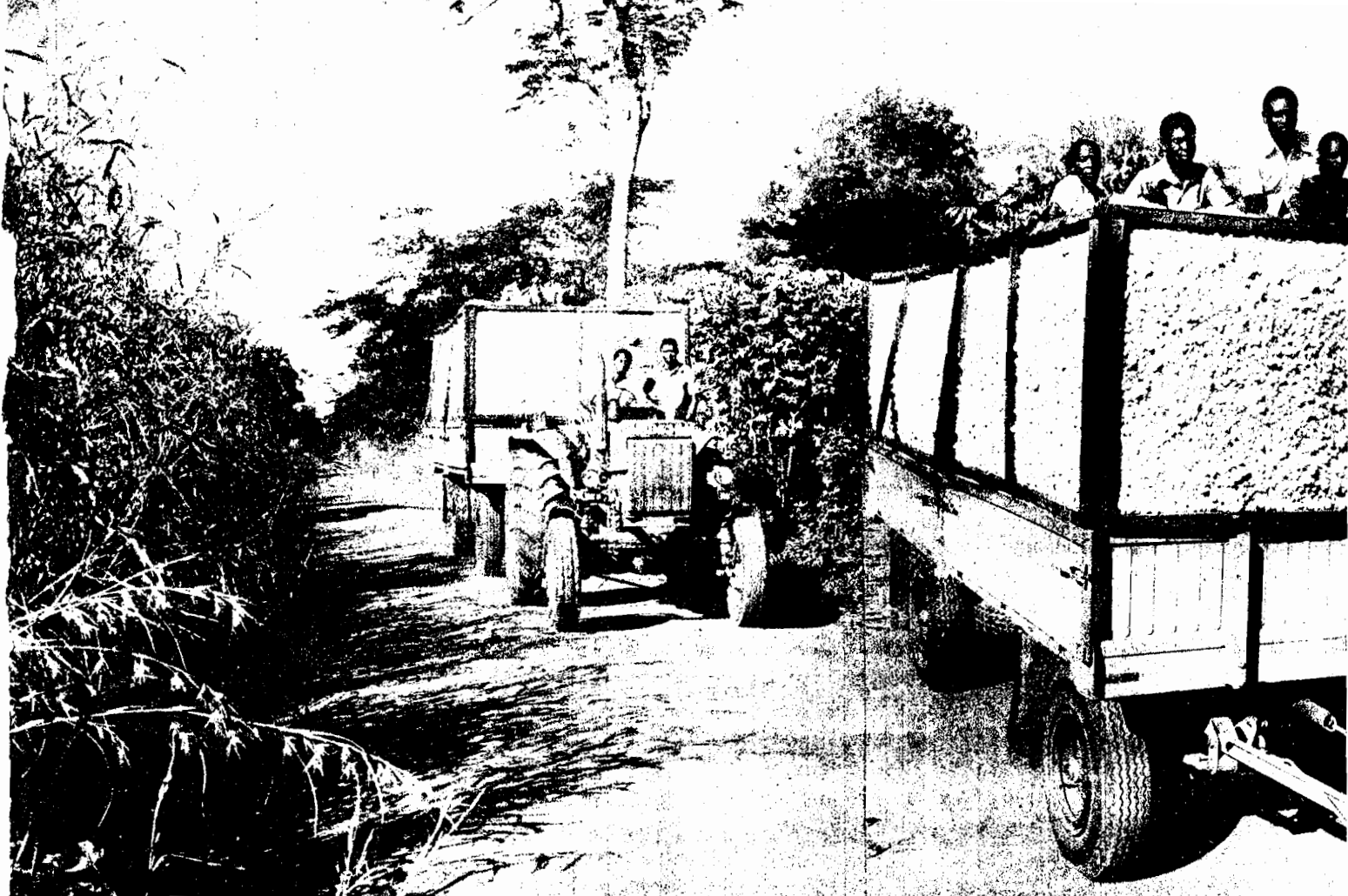
A.Z. — Olha! É um pouco difícil da minha parte poder responder neste momento. Esta é a minha primeira experiência de uma campanha algodoeira em cheio. Eu quando olho para aquelas plantas, para aquelas cápsulas, não sei o que me dizem sob o ponto de vista numérico... mas de qualquer modo posso dizer que os trabalhadores das Unidades de Produção fizeram quanto era necessário para *ultrapassar as metas*. Se vamos atingi-las ou não, neste momento não sou capaz de o dizer. Mas uma coisa é certa: eu não teria dúvidas, se não tivesse havido aquela irregularidade de chuvas. Mas com essa pancada que apanhámos, não sei. Só depois do algodão ensacado e pesado ao entrar na fábrica é que poderei responder à sua pergunta.

Nós estamos a preparar-nos para introduzir um novo conceito do cumprimento da meta a partir da próxima campanha...

R.M. — Como assim?

A.Z. — É que até aqui cumprir a meta era só falar em áreas e nós sabemos que não são só áreas o que interessa. O que importa é colher e pesar na fábrica. Não chega produzir no campo. É preciso garantir o transporte do algodão para a fábrica e é a balança da fábrica que diz se se cumpriu a meta. Não é a balança da Unidade de Produção. Porque até à fábrica o algodão pode cair pelo caminho, pode apodrecer se apanhar uma chuvada nas Unidades de Produção e pode haver perdas de qualidade. Mas agora também já começámos a sentir que mesmo a pesagem na fábrica não é suficiente. O nosso combate agora tem de ser pela qualidade. A meta vai-se passar a medir em *divisas e em tecidos*. Temos que dizer: A UP (Unidade de Produção) tal, tem de produzir tantos milhares de divisas e isso só se sabe depois da classificação de qualidade do algodão. Significa isto que determinada UP pode ter atingido as metas em áreas e em toneladas, mas se esse algodão for de baixa qualidade pode ter menos interesse do que uma UP que não atingiu as metas, mas porque se esmerou na qualidade, conseguiu mais divisas e criou condições para maior produção de roupa. Já pensámos nisto... ir até à qualidade e tentar quantificá-la após a classificação do algodão.

- (1) Uma das escolas próximas da unidade de produção de Jagaia fez numa semana de colheita sem muito esforço, cerca de 7 000,00 MT



O primeiro algodão colhido, transportado num dos atrelados «IFA», adaptados para o efeito. Cada atrelado destes transporta 3 toneladas de algodão

Socialista e estabeleceram-se prémios para contemplar os vencedores. Simultaneamente procura-se captar mais mão-de-obra recorrendo aos desempregados e ao apoio de soldados, estudantes, jovens em geral e mulheres.

A PROBLEMÁTICA DA COLHEITA

A situação da colheita até ao momento em que visitei os campos estava perfeitamente controlada, pois não havia algodão no chão. Mas há ameaças graves de isso acontecer em algumas das machambas. Houve mobilização para a apanha, mas apesar disso há falta de gente. É certo que nas fases anteriores do trabalho do algodão compareciam sem dificuldade 12 mil camponeses, mas agora, na fase da colheita esse número é insuficiente. Procurei investigar as causas do problema, mas as res-

postas são várias e não cheguei a n e n h u m a conclusão definitiva. Uns dizem que os «camponeses não gostam de apanhar algodão» e ficam-se por aí. Outros afirmam que não se trata de gostar ou não, mas que nesta altura do ano, estão empenhados em colher os produtos das suas próprias machambas. Há também quem defenda que os camponeses têm uma «aversão psicológica à colheita» devido à exploração brutal a que foram submetidos no tempo colonial. Finalmente, alguns técnicos referem que o camponês espera primeiro que a maioria das cápsulas do algodão abra, porque desse modo é mais fácil apanhá-lo. Provavelmente todas estas razões juntas poderão constituir uma boa explicação para o facto, que nem por isso será a única.

O que é visível a olho nu e que posso aqui apresentar como factos é o seguinte: há mais gente a tra-

balhar no algodão onde a mobilização foi mais persistente (e nestes casos os trabalhadores trazem a sua própria comida de casa e ficam por duas semanas a apanhar o algodão); há mais trabalhadores nas machambas com maiores índices de produção e há também mais abundância de mão-de-obra nas machambas que fazem fronteira com as zonas mais atingidas pela seca onde, este ano, se espera fome no sector familiar.

«CÁPSULA ABERTA, CÁPSULA APANHADA»

Desde que se faz algodão no nosso país, tem-se utilizado o sistema das três colheitas, que consiste no seguinte: as cápsulas da planta começam a abrir nos ramos inferiores, deixando o algodão pronto para a apanha. Depois abrem as cápsulas do meio e finalmente as cápsulas superiores. Em face disto dividia-

-se a planta em três partes cada uma delas correspondente sensivelmente a 1/3 do algodoeiro. Quando o 1.º terço estivesse totalmente aberto, com o algodão de fora, o

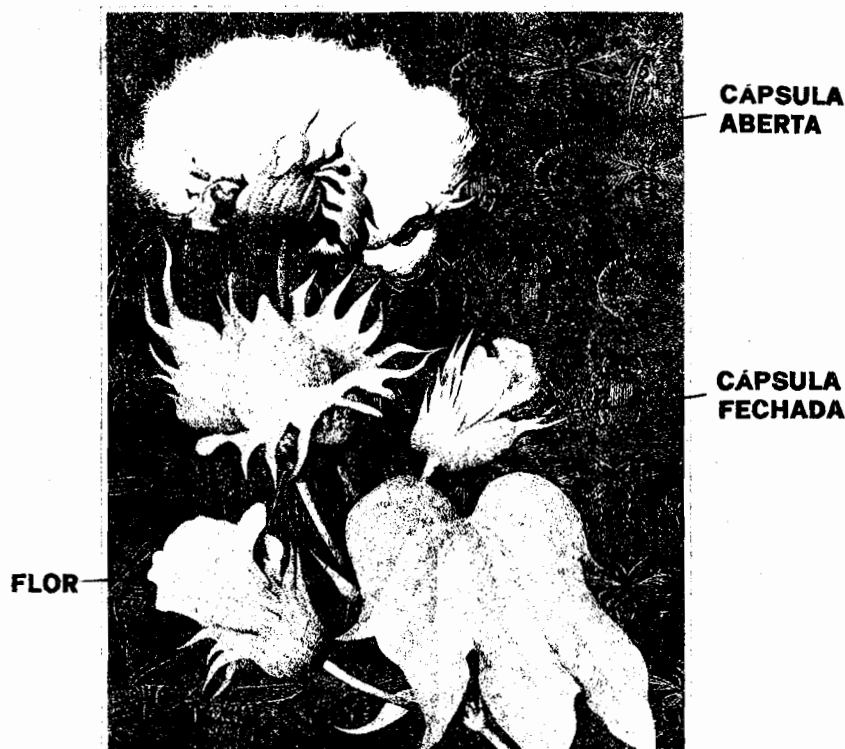
empresário introduzia os trabalhadores na colheita, a que chamavam primeira apanha. Quando esta terminasse, já estariam então abertas as cápsulas do outro terço da plan-

ta e iniciava-se a segunda apanha. Finalmente, e se os lucros assim o justificassem, far-se-ia uma terceira apanha.

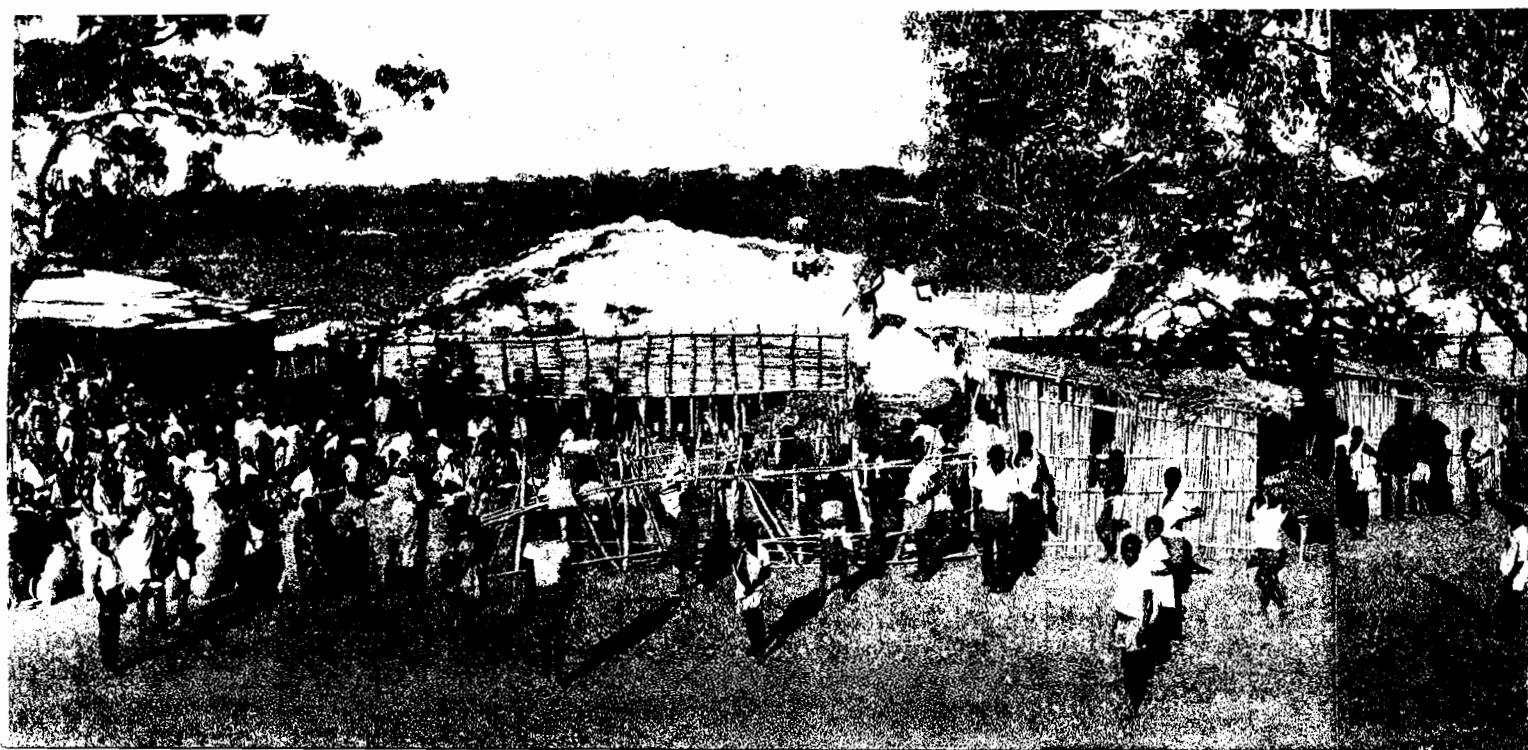
Este ano mudou-se radicalmente de sistema, introduzindo-se ideia da «cápsula aberta, cápsula apanhada». O princípio é apanhar **todo** o algodão e não deixar que a situação se torne incontrolável. Isto é: ataca-se a cobra no ovo. Portanto, em vez de se esperar que o tal terço esteja todo aberto, vai-se apanhando o algodão à medida que as cápsulas vão abrindo. Segundo me explicaram há pelo menos duas razões importantes para se ter tomado esta medida. A primeira assenta no facto das machambas estatais terem grandes dimensões. Quer dizer que se os trabalhadores comessem uma primeira apanha em tais extensões de terra, muito antes de chegarem ao fim já o algodão exigiria uma segunda apanha e ficar-se-ia sem saber onde buscar mais mão-de-obra, ficando o algodão irremediavelmente perdido ou, pelo menos, desvalorizado.

A segunda razão é de natureza política: ao empresário só interessava apanhar algodão com lucro máximo. Se via que o algodão no campo não lhe rendia esse máximo e que daí lhe pudesse advir algum prejuízo, então considerava-o desperdício e deixava-o no chão. Por isso muitas vezes, dentro do sistema anterior, não eram efectuadas as terceiras apanhas.

ESQUEMA DO ALGODOEIRO



Manual Fitossanitário do Algodoeiro



Segundo o novo sistema, parte-se do princípio que o algodão tem para nós outro significado. Se o deixamos ficar no chão são menos camisas, calças, panos e capulanas e menos divisas para satisfazer as nossas necessidades.

Na prática a aplicação da ideia da «cápsula aberta, cápsula apanhada», parece ter resultado pois não vi algodão no chão (ao contrário dos anos anteriores, mesmo nesta época) e, embora a batalha da colheita seja ainda bastante problemática, ela está controlada de momento.

QUANTO SE VAI COLHER?

Os números são frios e estáticos, mas ajudam-nos a compreender a situação da colheita. Nos campos do sector do algodão em Nampula, o número de plantas por hectare

Ao lado: Como em toda a parte e em todos os tempos, a juventude é magnânima, voluntariosa e... cheia de humor. Este jovem faz parte de um grupo da OJM que participou na colheita em Itoculo. Apesar do trabalho fatigante, nada impede a brincadeira e o divertimento



Em baixo: A vida nos campos de algodão. As bichas... o tempo perdido nas pesagens... camponeses a despejarem o saco e... os secadores cheios de... roupa e divisas!



é variável, mas com base em algumas contagens efectuadas pode-se considerar como média 35 mil plantas por hectare. Isto quer dizer que nos 16 mil hectares há mais de 500 milhões de plantas para serem colhidas. Se tivermos em conta que existem plantas com 110 cápsulas e outras com apenas três ou quatro, mas que a média é no mínimo 30, apuramos que é preciso colher 15 mil milhões de pedaços de algodão... só no sector estatal de Nampula!

E, se cada trabalhador apanhar 16 quilos de algodão por dia, se fosse possível colher o algodão num só dia, era necessário pelo menos 1 milhão de pessoas ou, desdobrando, 10 mil pessoas numa actividade constante durante 100

dias. Portanto, para diminuir o número de pessoas é obrigatório apostar-se na produtividade homem/dia, exigindo-se um último esforço aos homens do algodão.

Pelo que vi, creio que os homens do algodão vão vencer a batalha e mais do que isso, acho que poderão, — se tudo correr bem e não houver chuvas ou saraivadas pelo caminho — ultrapassar a meta.

Eu aposto neles. E, você, leitor?

(1) — Trabalhador permanente das Unidades de Produção que, entre outras tarefas, tem por missão enquadrar os trabalhadores sazonais para um trabalho específico no campo.